

“... de um lado, isto implicou numa reavaliação do “mito” da autonomia local como solução universal para a desigualdade social e econômica; de outro, numa revalorização do papel dos governos federal e estaduais não apenas no financiamento, mas, também, no planejamento, coordenação, assistência técnica e avaliação das políticas locais, funções tradicionalmente associadas ao exercício do poder central em detrimento da autonomia local”. (ABRUCIO, 1999, p.112)